

Margem Companhia de Mineração

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	24
Balço patrimonial	28
Demonstrações do resultado	29
Demonstrações do resultado abrangente	30
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	31
Demonstrações dos fluxos de caixa	32
Demonstrações do valor adicionado	33
Notas explicativas às demonstrações financeiras	34



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2025



Sumário

1. Mensagem do Presidente	3
2. Perfil da Empresa	4
2.1 Nossa Identidade.....	5
2.2 Controle Societário	6
2.3 Estrutura de Governança.....	7
3. Contexto Econômico e Setorial	8
4. Desempenho Operacional e Financeiro	11
4.1 Volume de Vendas	12
4.2 Produção de Cimento	12
4.3 Ebitda	13
4.4 Resultado Líquido	13
5. Gestão Financeira e Estrutura de Capital	14
6. Sustentabilidade e Inovação	16
6.1 Redução da Pegada de Carbono e Eficiência Energética.....	17
6.2 Diversidade e Inclusão	17
6.3 Sustainability-Linked Financing	18
7. Capital Humano	19
8. Perspectivas e Estratégia para 2026	20

1. Mensagem do Presidente

O ano de 2025 foi histórico para a Margem Companhia de Mineração (“Companhia”), no qual alcançamos resultados operacionais recordes desde a fundação. Mesmo diante de um cenário macroeconômico desafiador, conseguimos expandir nossa capacidade produtiva, crescer em vendas e melhorar de forma consistente nossos indicadores financeiros e operacionais.

A Companhia operou em plena capacidade ao longo do período, refletindo a robustez de seus ativos e a efetividade da estratégia comercial. O crescimento no volume de vendas e a evolução do EBITDA em relação ao ano anterior demonstram a eficácia das iniciativas implementadas e o contínuo aprimoramento da gestão. Destaca-se ainda o avanço na eficiência operacional, com aumento relevante na produção de clínquer, reforçando nossa posição competitiva no mercado.

Em linha com nossa estratégia de longo prazo, a repotencialização do forno concluída em 2024 possibilitou a ampliação estrutural da capacidade produtiva, cuja produção adicional foi integralmente absorvida pelo mercado por meio de esforços comerciais direcionados. Para os próximos períodos, a Companhia concentrará esforços na ampliação da participação de produtos de maior valor agregado, com foco na expansão de margens e na geração sustentável de resultados.

Paralelamente às operações regulares, seguimos investindo no fortalecimento da eficiência industrial e na modernização de processos. Destacam-se iniciativas voltadas à otimização do consumo energético, ampliação do uso de combustíveis alternativos e redução da pegada de carbono, além de melhorias logísticas no segmento de concreto, reforçando nosso compromisso com competitividade, sustentabilidade e alinhamento às melhores práticas do setor.

No campo financeiro, a Companhia segue comprometida com uma gestão prudente de capital e com a diversificação de suas fontes de financiamento. Nesse contexto, destacam-se as debêntures emitidas em 2024, instrumento que integra

a estratégia de captação de recursos de longo prazo da Companhia para apoiar seus projetos de investimento, eficiência operacional e crescimento sustentável.

A sustentabilidade também se manifesta na dimensão social da nossa atuação. A Companhia tem avançado na promoção de um ambiente de trabalho mais diverso e inclusivo, com iniciativas voltadas ao fortalecimento da equidade de gênero, ao desenvolvimento profissional e à ampliação da participação feminina na organização, especialmente em um setor historicamente caracterizado por baixa representatividade feminina. Essas ações refletem o compromisso da Companhia com práticas responsáveis de gestão de pessoas e governança corporativa.

A segurança permanece como valor inegociável para a Companhia. Continuamos fortalecendo nossa cultura de prevenção, com ações estruturadas voltadas à redução de riscos e à promoção de um ambiente de trabalho cada vez mais seguro para nossos colaboradores e parceiros.

Por fim, reafirmamos nosso compromisso com a geração sustentável de valor para nossos acionistas, mantendo uma política de distribuição de resultados alinhada às disposições previstas em nosso estatuto social e à solidez financeira da Companhia.

Com os avanços consolidados e a solidez da nossa estratégia operacional e comercial, seguimos confiantes na continuidade do crescimento sustentável da Companhia, mantendo-nos bem posicionados para gerar valor de forma consistente no longo prazo.

2. Perfil da Empresa

A Companhia faz parte do Grupo Secil, um conglomerado fundado em Portugal com atuação global na produção e venda de cimento, concreto, agregados, argamassas e cal hidráulica.

Com presença em oito países e quatro continentes, o Grupo Secil opera oito fábricas de cimento, incluindo três em Portugal e unidades em Angola, Tunísia, Líbano, Cabo Verde, Espanha, Holanda e Brasil, garantindo uma capacidade de produção superior a 9,75 milhões de toneladas de cimento por ano. A Secil pertence à Semapa, uma holding listada na Euronext Lisbon, cujo acionista majoritário é a família Queiroz Pereira, com forte tradição no setor industrial e financeiro em Portugal.

2.1 Nossa Identidade

Missão

Dar forma às ideias, fornecendo soluções de cimento aos nossos clientes, carreiras estimulantes às nossas pessoas, uma cidadania responsável às nossas comunidades e valor aos nossos acionistas.

Visão

Empenhamo-nos em ser, nas comunidades que servimos, o fornecedor de soluções de cimento preferido dos nossos clientes.

Valores

Pessoas

Nós damos valor à perspectiva das outras pessoas.

Nós ajudamos as pessoas a darem o melhor de si.

Nós mostramos empatia e ouvimos antes de oferecer orientação.

Nós trabalhamos incansavelmente para garantir a segurança de todos.

Integridade

Nós mostramos respeito e valorizamos todos os indivíduos e todas as ideias.

Nós somos honestos e confiáveis nas nossas relações com as outras pessoas.

Nós aderimos aos mais altos padrões de ética e segurança.

Nós reconhecemos as melhores características dos nossos colegas e agimos em concordância.

Responsabilidade

Nós somos responsáveis pelas nossas ações e pelos nossos resultados.

Nós concentramo-nos em encontrar soluções e alcançar resultados.

Nós adotamos práticas sustentáveis nos nossos negócios.

Nós comprometemo-nos a construir um ambiente de trabalho saudável e seguro.

Colaboração

Juntos, somos mais fortes e podemos contribuir mais.

Nós acreditamos que objetivos partilhados e apoio mútuo levam ao sucesso.

Nós celebramos as nossas conquistas coletivamente.

Nós promovemos a confiança e a atenção com os outros, pois potenciam a colaboração.

Desempenho

Nós somos focados nos resultados e cumprimos as nossas promessas.

Nós temos como objetivo a nossa melhoria contínua e dos nossos processos.

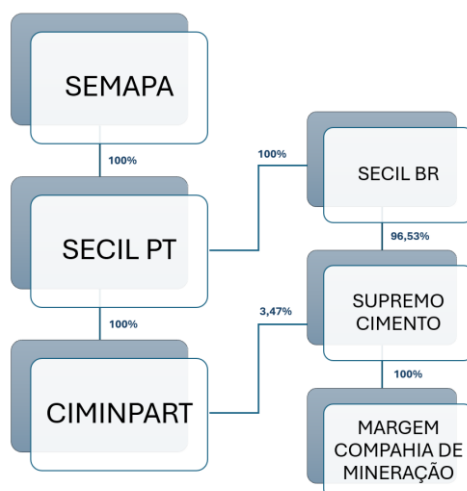
Nós aprendemos com erros e sucessos em igual medida.

Nós incentivamos a sinceridade como forma de melhorar a tomada de decisões.

2.2 Controle Societário

A Companhia integra a estrutura societária do Grupo Secil, sendo uma subsidiária integral da Supremo Cimentos S.A. (“Supremo”), que, por sua vez, tem 96,53% de seu capital detido pela Secil Brasil (SECIL BR).

A Secil BR faz parte do grupo português Secil PT, que é controlado pela Semapa, holding responsável pela gestão dos negócios do grupo em diversos países e diferentes segmentos. Essa estrutura reforça a solidez financeira e estratégica da Companhia, garantindo alinhamento às diretrizes globais da Secil e acesso às melhores práticas internacionais do setor.



2.3 Estrutura de Governança

A Companhia adota uma estrutura de governança corporativa sólida, baseada em transparência, responsabilidade e alinhamento estratégico com seus acionistas e demais *stakeholders*. A governança da Companhia é composta por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, que atuam conjuntamente na definição e execução das diretrizes estratégicas do negócio.

O Conselho de Administração é formado por três membros, responsáveis por definir as diretrizes gerais da Companhia, acompanhar a execução da estratégia e garantir o cumprimento das melhores práticas de governança. O Conselho tem um papel fundamental na supervisão dos negócios, na avaliação de riscos e na tomada de decisões estratégicas de longo prazo.

A Diretoria Executiva é composta por quatro membros, responsáveis pela gestão operacional, comercial e financeira da Companhia. Cabe à diretoria a implementação das estratégias definidas pelo Conselho, assegurando o crescimento sustentável da Companhia, a eficiência dos processos e a criação de valor para os acionistas.

Essa estrutura permite à Companhia manter um modelo de governança eficiente, com tomada de decisões ágil e alinhada aos desafios do setor, garantindo o

desenvolvimento contínuo da Companhia e a consolidação de sua posição no mercado.

CONSELHO:

*Otmar Hubscher
Gian Lorenz Raffainer
Carlos Manuel Guimaraes Correia de Barros*

DIRETORIA:

*Paulo de Andrade Nascentes da Silva
Carlos Henrique de Souza
Rodrigo de Oliveira Brito
Fabio Krzyzanowski*

3. Contexto Econômico e Setorial

O ano de 2025 foi marcado por um ambiente macroeconômico ainda desafiador no Brasil, com reflexos diretos no setor cimenteiro. Embora a atividade econômica tenha apresentado crescimento moderado, sustentado principalmente pela resiliência do mercado de trabalho e pela continuidade do desempenho do setor de serviços, o ambiente financeiro permaneceu relativamente restritivo ao longo do período.

Apesar do início de um ciclo de flexibilização monetária, as taxas de juros reais permaneceram em patamares historicamente elevados durante parte relevante do ano, mantendo o custo do crédito pressionado. Esse contexto contribuiu para um ritmo mais seletivo de investimentos privados, especialmente em novos empreendimentos imobiliários e projetos de infraestrutura, fatores que tradicionalmente influenciam a demanda por cimento.

Ainda assim, o setor demonstrou resiliência, apoiado pela demanda do mercado de reposição, pela continuidade de obras em andamento e por nichos específicos da construção. Nesse cenário, a Companhia manteve desempenho operacional sólido, beneficiando-se de sua eficiência produtiva, disciplina comercial e posicionamento competitivo.

Mesmo diante de um ambiente macroeconômico ainda restritivo, o setor cimenteiro manteve a trajetória de recuperação ao longo de 2025. As vendas de cimento totalizaram 67 milhões de toneladas no ano, crescimento de 3,7% em relação a 2024, equivalente a um incremento de aproximadamente 2,4 milhões de toneladas, segundo o SNIC. O desempenho confirma a continuidade da retomada iniciada no período anterior, embora o volume ainda permaneça abaixo do pico histórico do setor. O crescimento foi observado em todas as regiões do país, com destaque para o Nordeste, e contou com o suporte do mercado de trabalho aquecido e da expansão da massa salarial. Por outro lado, o ambiente de juros elevados, a retração do crédito imobiliário via poupança e o elevado nível de endividamento das famílias continuaram impondo seletividade à demanda. Nesse contexto, o programa Minha Casa, Minha Vida permaneceu como importante vetor para a construção habitacional, sustentando parte relevante do consumo de cimento no país.

Apesar da continuidade da recuperação da demanda, o setor ainda enfrentou pressões relevantes de custos operacionais ao longo de 2025. A inflação seguiu impactando insumos críticos para a indústria, além de despesas com mão de obra e manutenção. Na construção civil, a elevação salarial e a persistente escassez de mão de obra qualificada mantiveram a pressão sobre os custos de execução das obras. Nesse contexto, o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-M) encerrou 2025 com alta de aproximadamente 6,10% em 12 meses, permanecendo em patamar elevado, ainda que com leve desaceleração em relação a 2024.

A variação cambial continuou exercendo pressão relevante sobre os custos da indústria cimenteira ao longo de 2025, especialmente em relação ao coque de petróleo, principal combustível da produção de clínquer. A valorização do dólar manteve esse insumo em patamares elevados, reforçando a importância estratégica da ampliação do uso de combustíveis alternativos como forma de mitigar a exposição a fontes fósseis importadas e reduzir a volatilidade de custos.

Eventos climáticos extremos seguiram como fator de atenção para o setor. Embora 2025 tenha apresentado normalização parcial após os impactos severos observados no Sul do país no período anterior, a indústria permanece exposta a riscos logísticos e de demanda decorrentes de eventos climáticos, que podem afetar o ritmo de obras e a distribuição do produto em determinadas regiões.

Para 2026, o cenário prospectivo indica crescimento moderado do consumo de cimento, ainda condicionado a um ambiente macroeconômico desafiador, caracterizado por juros elevados, alto nível de endividamento das famílias e maior seletividade no crédito imobiliário. Nesse contexto, o SNIC avalia que o desempenho do setor deverá continuar positivo, porém em ritmo gradual, dependente da efetiva execução de programas estruturantes.

Entre os principais vetores de sustentação da demanda destacam-se: (i) a habitação de interesse social, com o programa Minha Casa, Minha Vida permanecendo como importante indutor do consumo; (ii) os investimentos em infraestrutura de transportes, com avanço do uso do pavimento rígido de concreto em concessões rodoviárias e projetos urbanos; e (iii) o setor de saneamento básico, que segue atraindo capital privado em função do novo marco regulatório e da agenda de universalização.

Diante desse contexto, a indústria cimenteira continuará focada em ganhos de eficiência operacional, ampliação do coprocessamento, redução da intensidade de carbono e disciplina na gestão de custos e capital. Esses fatores, combinados ao avanço gradual dos investimentos em habitação e infraestrutura, deverão sustentar a competitividade do setor e apoiar a continuidade da trajetória de crescimento moderado nos próximos anos.

Adicionalmente, o setor cimenteiro brasileiro segue passando por movimentos de reorganização e disciplina de capital entre alguns players relevantes, incluindo CSN Cimentos e InterCement, que vêm conduzindo iniciativas de otimização financeira, gestão de alavancagem e revisão estratégica de portfólio de ativos. Esse

contexto pode, no curto e médio prazo, gerar maior volatilidade competitiva, seja por eventuais movimentos de consolidação, racionalização de capacidade ou ajustes comerciais por parte desses participantes.

Até o momento, não foram identificados impactos adversos relevantes sobre a posição competitiva da Companhia. A companhia mantém monitoramento contínuo do ambiente concorrencial e entende que sua disciplina comercial, eficiência operacional e posicionamento regional contribuem para mitigar potenciais riscos decorrentes desses movimentos. Ainda assim, eventuais mudanças estruturais no setor permanecem como fator de atenção no acompanhamento prospectivo do mercado.

4. Desempenho Operacional e Financeiro

Após a recuperação observada em 2024, a Companhia apresentou em 2025 uma evolução ainda mais consistente de seus principais indicadores operacionais e financeiros. O desempenho do ano anterior já havia refletido a normalização das operações após os impactos registrados em 2023, quando a formação de anel no forno de clínquer reduziu a capacidade produtiva e pressionou os resultados.

Em 2025, a Companhia avançou adicionalmente em eficiência industrial, atingindo níveis máximos de performance operacional do forno e mantendo indicadores sólidos na moagem de cimento. Esse desempenho reflete a efetividade dos investimentos realizados na estabilidade do processo produtivo, na otimização operacional e na disciplina de manutenção.

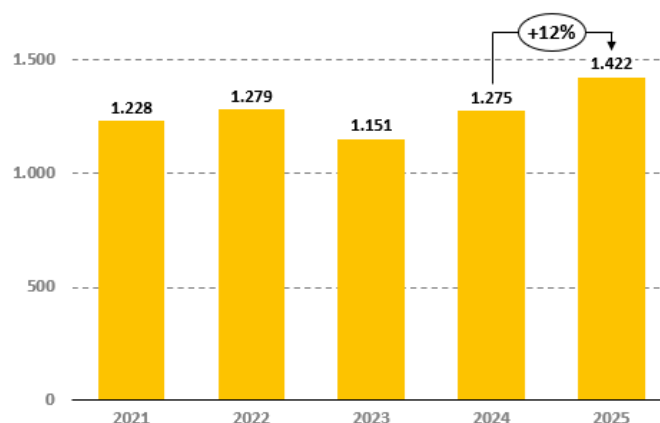
Como consequência, a Companhia sustentou níveis elevados de produção de cimento, manteve boa performance de vendas e apresentou evolução relevante no EBITDA, reforçando a recuperação da rentabilidade e a maior previsibilidade operacional do negócio.

A seguir, apresentamos a evolução dos nossos principais indicadores entre 2021 e 2025, destacando o crescimento obtido no último exercício.

4.1 Volume de Vendas

Em 2025, o volume de vendas atingiu 1.422 mil toneladas, representando um crescimento de 11,5% em relação a 2024. Esse desempenho reflete a elevada capacidade operacional da Companhia — operando em níveis máximos de eficiência — aliada à efetividade da estratégia comercial na absorção da produção adicional pelo mercado.

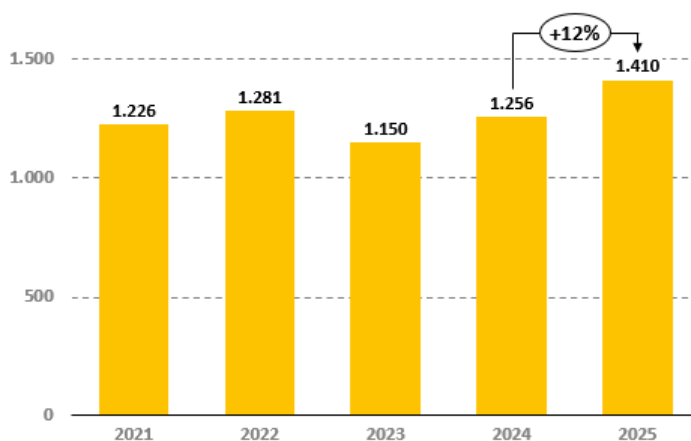
Volume de Vendas de Cimento (Kton)



4.2 Produção de Cimento

Em 2025, a produção de cimento totalizou 1.410,1 mil toneladas, representando um crescimento relevante em relação a 2024 (1.256 mil toneladas). A evolução reflete a consolidação da normalização dos processos industriais após os impactos observados em 2023, bem como a captura dos ganhos provenientes dos investimentos realizados na planta. O período foi marcado por elevada estabilidade operacional e melhor aproveitamento da capacidade instalada, com destaque para a performance máxima do forno de clínquer e bons indicadores na moagem de cimento.

Produção de Cimento (Kton)

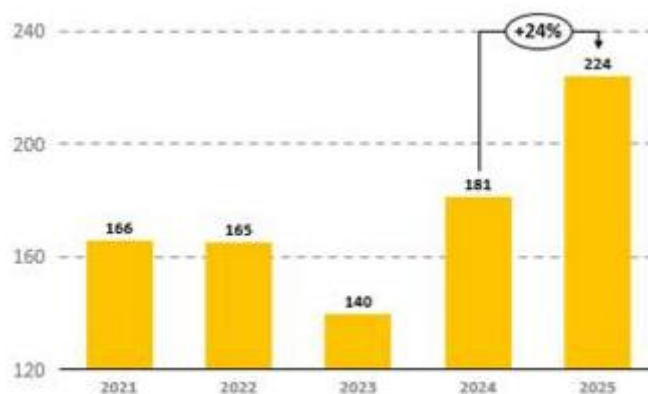


1. Produção impactada pela paragem do forno durante 1 mês para implementação do projeto de repotenciação.

4.3 Ebitda

O EBITDA manteve trajetória de forte evolução em 2025, alcançando R\$ 224 milhões, crescimento relevante em relação aos R\$ 181 milhões registrados em 2024. O desempenho reflete a combinação de maior volume produzido e vendido e elevada eficiência operacional.

EBITDA (R\$/MM)

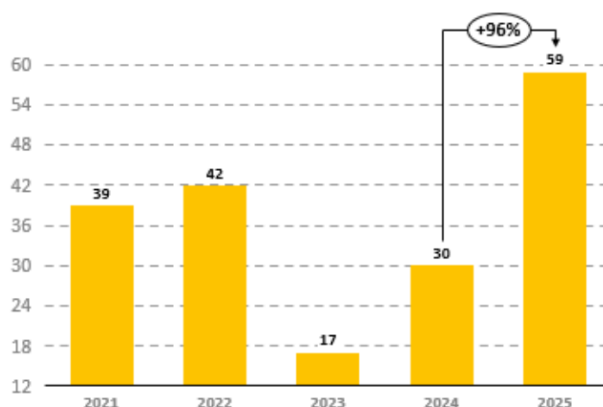


4.4 Resultado Líquido

Em 2025, a Companhia registrou lucro líquido de R\$ 58,9 milhões, representando evolução significativa em relação aos R\$ 30 milhões apurados em 2024. O resultado reflete a continuidade da melhora operacional, sustentada pelo maior volume de produção e vendas, pela forte performance do EBITDA e pela disciplina

na gestão de custos. Ainda assim, o resultado permaneceu parcialmente pressionado por custos financeiros elevados e pela variação cambial incidente sobre insumos importados.

Resultado Líquido (R\$/MM)



Os resultados operacionais e financeiros de 2025 reforçam a capacidade da Companhia de sustentar sua trajetória de recuperação e consolidar um crescimento consistente.

A Companhia permanece focada na excelência operacional, buscando ganhos contínuos de eficiência que assegurem elevada estabilidade produtiva e disciplina de custos. A gestão financeira segue como pilar estratégico, com iniciativas voltadas à otimização da estrutura de capital, mitigação da exposição cambial e fortalecimento da geração de caixa.

Mesmo em um ambiente macroeconômico ainda desafiador, a Companhia mantém o compromisso de ampliar sua competitividade e gerar valor de forma sustentável, apoiada em eficiência operacional, disciplina comercial e evolução contínua de seus indicadores.

5. Gestão Financeira e Estrutura de Capital

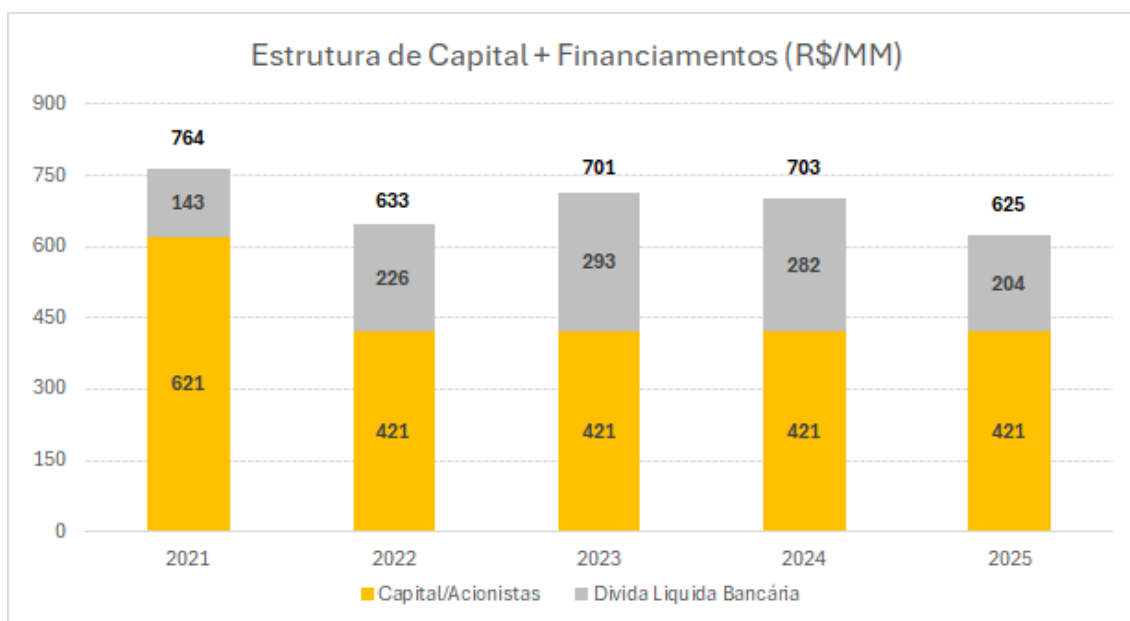
Após a estratégia de alongamento da dívida executada em 2024, que proporcionou uma estrutura de capital equilibrada e aderente ao crescimento sustentável da

Companhia, o exercício de 2025 foi de manutenção dessa estratégia, não havendo necessidade de novas captações no período.

A Companhia possui emissão de debentures como parte de sua estratégia de captação de recursos para financiar suas atividades operacionais e projetos de expansão. As debentures emitidas são títulos de dívida que conferem aos seus titulares o direito de receber remuneração sob a forma de juros, amortização do principal e eventuais prêmios, conforme os termos especificados nos contratos de emissão.

Em dezembro de 2025, a dívida líquida bancária da Companhia encerrou o ano em R\$ 204 milhões, representando redução de R\$ 78 milhões em relação a 2024 que era de R\$ 282 milhões e uma redução de R\$ 11 milhões em comparação ao ano de 2023 que era de R\$ 293 milhões.

O índice de alavancagem (Dívida Líquida/EBITDA) caiu para 0,91x uma melhora significativa em relação ao índice de 1,55x registrado em 2024 e em comparação ao índice que 2023 representa uma redução de 55% quanto a índice de 2,09 registrado em 2023, demonstrando a recuperação operacional e o aumento da geração de caixa da Companhia. A trajetória de redução da dívida líquida reforça o compromisso da Companhia com a solidez financeira e a sustentabilidade de longo prazo.



A estrutura de capital reflete um equilíbrio entre capital próprio e dívida líquida bancária. O capital aportado pelos acionistas manteve-se constante em R\$ 421 milhões ao longo dos últimos anos, evidenciando o compromisso dos investidores no financiamento sustentável da Companhia.

A Companhia mantém uma política prudente para minimizar os impactos da variação cambial sobre suas importações. A Companhia importa apenas coque, um insumo essencial para a produção, e adota estratégias de hedge cambial, utilizando instrumentos financeiros para proteger sua exposição às oscilações do câmbio no momento oportuno. Essa abordagem reduz a vulnerabilidade às flutuações do dólar e garante previsibilidade nos custos, evitando impactos adversos na estrutura financeira.

Com a consolidação do alongamento do perfil da dívida e a redução do nível de alavancagem, a Companhia inicia 2026 com uma estrutura de capital compatível com sua geração de caixa operacional. A gestão financeira seguirá focada na disciplina de capital, na otimização do serviço da dívida e na manutenção das políticas de mitigação de riscos financeiros.

6. Sustentabilidade e Inovação

A Companhia tem a sustentabilidade como um dos pilares fundamentais da sua estratégia de longo prazo. Em 2025, a Companhia avançou significativamente na redução da pegada de carbono, no uso de combustíveis alternativos e na promoção da diversidade e inclusão, reforçando seu compromisso com uma operação mais eficiente e responsável.

6.1 Redução da Pegada de Carbono e Eficiência Energética

A Companhia segue um plano estruturado de descarbonização, alinhado às metas globais do Grupo Secil. Entre as iniciativas implementadas, destacam-se:

- Ampliação do uso de combustíveis alternativos, reduzindo a dependência de combustíveis fósseis e mitigando as emissões de CO₂. Em 2025, a Companhia atingiu 30,56% de substituição por combustíveis alternativos.
- Otimização do consumo energético, com investimentos em tecnologias que aumentam a eficiência da operação.
- Uso de adições no cimento, reduzindo a necessidade de clínquer, um dos principais responsáveis pela emissão de CO₂ na indústria.

A Companhia tem investido continuamente na substituição de combustíveis fósseis por alternativas sustentáveis, como biomassas, resíduos industriais e pneus. O coprocessamento de resíduos não apenas reduz a dependência de coque de petróleo, mas também contribui para a destinação sustentável de materiais.

Em 2024, a Companhia por meio de um projeto de expansão da infraestrutura de armazenamento e de alimentação do forno, permitindo um uso mais eficiente dos combustíveis alternativos. Essas iniciativas são essenciais para garantir uma operação de menor impacto ambiental e alinhada às melhores práticas do setor cimenteiro global, e no ano de 2025 foi realizado um trabalho de consolidação e prospecção de novos parceiros.

6.2 Diversidade e Inclusão

Além das iniciativas ambientais, a Companhia segue fortalecendo sua atuação em diversidade e inclusão, buscando aumentar a representatividade feminina em um

setor historicamente dominado por profissionais do gênero masculino. Atualmente, a presença de mulheres no quadro da Companhia ainda é reduzida, especialmente em cargos operacionais e de liderança.

Para reverter esse cenário, foram adotadas ações concretas, como:

- Programas de mentoria e coaching para apoiar o desenvolvimento de mulheres na Companhia.
- Iniciativas de recrutamento ativo, garantindo maior diversidade nos processos seletivos.
- Ambiente de trabalho mais inclusivo, com políticas claras contra discriminação e assédio.
- Transparência salarial e equidade de oportunidades, promovendo a paridade de remuneração para funções equivalentes.
- Escuta Ativa junto às mulheres a fim de colher as expectativas e percepções sobre a temática de diversidade de gênero, gerando senso de pertencimento e compartilhamento de experiências.
- Realizado uma sensibilização com todos os colaboradores da Companhia através de rodas de conversa sobre o tema, com a participação de homens e mulheres.

6.3 Sustainability-Linked Financing

A Companhia, como parte do Grupo Secil, tem a sustentabilidade e a diversidade como pilares estratégicos fundamentais para o seu crescimento de longo prazo. Em alinhamento com a estratégia global da Secil, a Companhia consolidou seus compromissos ambientais e sociais no Framework de Financiamento Vinculado à Sustentabilidade, documento que formaliza as metas do grupo para a redução da pegada de carbono e promoção da diversidade.

Este Framework foi estruturado pela Secil, e a Companhia participa ativamente como subsidiária, contribuindo para os compromissos estabelecidos pelo grupo. Para assegurar a transparência e credibilidade dessas metas, o Framework é auditado globalmente, garantindo que os objetivos definidos estejam alinhados

com as melhores práticas de ESG (Ambiental, Social e Governança) e com as exigências internacionais de financiamento sustentável. Além disso, a Secil também obteve um Limited Assurance Report, que atesta a ambição e seriedade dos compromissos firmados.

A decisão tomada no passado de atrelar suas metas socioambientais a um modelo de financiamento sustentável reforça o compromisso da Companhia com uma operação mais responsável e alinhada às diretrizes globais do Grupo Secil. Essa iniciativa reflete a visão de longo prazo da Companhia e do grupo, garantindo que a descarbonização do setor cimenteiro e o aumento da diversidade organizacional sejam tratados com prioridade e transparência

Um maior nível de detalhamento sobre esses compromissos pode ser encontrado em:

<https://www.secil-group.com/pt/sustentabilidade/economico---grupo-secil/sustainability-linked-financing---grupo-secil>

7. Capital Humano

A Companhia acredita que o desenvolvimento de seus colaboradores é essencial para a sustentabilidade e o crescimento da Companhia. Por isso, investe continuamente na capacitação e no aprimoramento das competências técnicas e comportamentais de seu time.

Em 2025, foram realizadas 17.785 horas de treinamentos, abrangendo temas essenciais para o fortalecimento da cultura organizacional e da segurança no ambiente de trabalho. Dentre as principais iniciativas, destacam-se:

- Treinamentos de segurança, totalizando 15.038 horas, com foco no cumprimento das normas regulatórias e na promoção de um ambiente de trabalho mais seguro.

- Treinamentos comportamentais, incluindo temas como liderança, criatividade, sinergia entre equipes e desenvolvimento profissional, com atividades voltadas para diferentes áreas.

O investimento total em treinamentos no ano foi de R\$ 2087 mil, demonstrando o compromisso da Companhia com o desenvolvimento de seus profissionais e com a construção de um ambiente de trabalho mais qualificado e engajado.

A Companhia seguirá fortalecendo suas iniciativas de capacitação, promovendo uma cultura de aprendizado contínuo que impulse tanto o crescimento individual dos colaboradores quanto a competitividade da Companhia no setor cimenteiro.

8. Perspectivas e Estratégia para 2026

Após um ciclo relevante de investimentos entre 2021 e 2024, voltados à expansão da capacidade produtiva, aumento da substituição por combustíveis alternativos e ganhos de eficiência operacional, a Companhia entrou em 2025 com foco na captura dos benefícios dessas iniciativas. Em 2026, a estratégia permanece centrada na consolidação desses ganhos e na maximização da rentabilidade dos ativos já implementados.

Com as principais melhorias estruturantes concluídas, a companhia direciona seus esforços para a otimização contínua dos processos e captura de eficiências operacionais adicionais. A maturação dos projetos permitirá maior produtividade e melhor controle de custos, enquanto a ampliação do uso de combustíveis alternativos seguirá como alavanca relevante para redução da pegada de carbono e da dependência de coque de petróleo.

O principal pilar de crescimento para o próximo ciclo será a evolução do mix de produtos, com maior participação de itens de maior valor agregado, combinada à disciplina operacional e à eficiência industrial. Esse direcionamento visa sustentar a expansão de margens mesmo em um ambiente de crescimento moderado do mercado cimenteiro e de elevada competitividade.

No segmento de concreto, os investimentos realizados na renovação da frota continuam contribuindo para ganhos logísticos, melhoria do nível de serviço e maior eficiência operacional, reforçando a proposta de valor ao mercado.

O compromisso com sustentabilidade e indicadores socioambientais permanece como prioridade estratégica, com avanço contínuo na redução de emissões de CO₂, no coprocessamento e na eficiência energética, em linha com as diretrizes do Grupo Secil.

No âmbito financeiro, a Companhia mantém disciplina na gestão de capital e foco na geração de caixa, preservando uma estrutura financeira sólida e preparada para suportar a execução da estratégia. A governança corporativa seguirá sendo continuamente aprimorada, assegurando elevados padrões de controle, transparência e alinhamento às melhores práticas do setor.

Dessa forma, a Companhia inicia 2026 posicionada para sustentar crescimento rentável, apoiada na evolução do mix de produtos, na excelência operacional e no avanço consistente do uso de combustíveis alternativos, pilares fundamentais para a criação de valor no longo prazo.

Carlos Henrique de Souza

CPF 019.587.699-75

Diretor Financeiro



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de administração, acionistas e diretores da Margem Companhia de Mineração

Curitiba – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Margem Companhia de Mineração (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Margem Companhia de Mineração em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais de relatório financeiro (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da recuperabilidade do imposto de renda diferido ativo

Veja a Nota 22.a das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>As demonstrações financeiras incluem créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias no montante de R\$ 129.355, cuja realização está suportada por estimativas de lucros tributáveis futuros preparadas pela Companhia com base em seu julgamento e suportadas em seu plano de negócios. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas dos lucros tributáveis futuros, que são a base para o reconhecimento do valor recuperável dos créditos tributários e ao fato de qualquer mudança nas metodologias e premissas para a determinação dessas estimativas poder impactar de forma relevante o valor desses ativos e, conseqüentemente, as demonstrações financeiras como um todo, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Realizamos o entendimento do fluxo operacional e mapeamos os riscos existentes, bem como, avaliamos os controles internos relevantes, relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises quanto à probabilidade da existência de lucros tributáveis futuros.</p> <p>Com o suporte de nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos a razoabilidade e consistência dos dados e premissas e das metodologias utilizadas pela Companhia na projeção de lucros tributáveis futuros, especialmente as relativas ao crescimento econômico projetado, volume e preço de venda dos produtos e comparamos com dados disponíveis no mercado e com o histórico da própria Companhia. Com o apoio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos.</p> <p>Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que são aceitáveis as premissas e metodologias utilizadas para estimativa da recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos e as respectivas divulgações efetuadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p>

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais de relatório financeiro (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 13 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR


Karen Cristina Dal Ponte
Contador CRC PR-053687/O-2-T-RJ

Margem Companhia de Mineração

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	31/12/2025	31/12/2024	Passivos	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	8	164.899	287.472	Fornecedores	14	64.728	45.633
Instrumentos derivativos	25	-	37.982	Empréstimos e financiamentos	15	70.118	246.784
Contas a receber	9	31.348	44.029	Salários e encargos sociais		15.267	9.126
Estoques	10	76.272	51.863	Impostos a recolher	16	30.378	29.962
Impostos a recuperar	11	11.884	9.943	Adiantamentos de clientes		1.465	1.629
Outras contas a receber		6.714	10.583	Arrendamento mercantil	13	5.049	3.533
				Dividendos a pagar	18	14.008	7.343
				Outras contas a pagar	17	16.667	10.345
Total do ativo circulante		291.117	441.872	Total do passivo circulante		217.680	354.355
Não circulante				Não circulante			
Impostos a recuperar	11	37.996	41.350	Empréstimos e financiamentos	15	291.275	358.139
Outras contas a receber		387	4.862	Arrendamento mercantil	13	3.235	3.979
				Impostos a recolher	16	156.387	169.687
				Outras contas a pagar	17	7.294	54
				Impostos diferidos	22	31.906	32.758
				Provisão para contingências	24	12.716	16.372
Total do realizável a longo prazo		38.383	46.212	Total do passivo não circulante		502.813	580.989
				Total do passivo		720.493	935.344
Direito de uso dos ativos	13	6.803	6.534	Patrimônio líquido	18		
Imobilizado	12	969.397	1.019.864	Capital social		421.419	421.419
Intangível		2.949	3.591	Ajuste de avaliação patrimonial		113.910	115.358
				Reserva legal		9.353	6.404
				Reservas de lucros		43.474	39.548
Total do ativo não circulante		1.017.532	1.076.201	Total patrimônio líquido		588.156	582.729
				Total do passivo e patrimônio líquido		1.308.649	1.518.073
Total do ativo		1.308.649	1.518.073				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Margem Companhia de Mineração

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de vendas	19	688.668	596.680
Custo das vendas	20	<u>(437.711)</u>	<u>(395.701)</u>
Lucro bruto		<u>250.957</u>	<u>200.979</u>
Despesas administrativas	20	(29.626)	(21.191)
Despesas comerciais	20	(85.571)	(73.486)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(711)	(590)
Outras receitas e (despesas) operacionais, líquidas	20	<u>(6.033)</u>	<u>(87)</u>
Lucro operacional		<u>129.016</u>	<u>105.625</u>
Despesas financeiras	21	(86.711)	(113.698)
Receitas financeiras	21	<u>35.500</u>	<u>52.841</u>
Despesas financeiras, líquidas		<u>(51.211)</u>	<u>(60.857)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>77.805</u>	<u>44.768</u>
Imposto de renda e contribuição social (corrente)	22.b	(19.673)	(2.578)
Imposto de renda e contribuição social (diferido)	22.b	<u>852</u>	<u>(12.665)</u>
Lucro líquido do período		<u><u>58.984</u></u>	<u><u>29.525</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Margem Companhia de Mineração

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do período	<u>58.984</u>	<u>29.525</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>58.984</u>	<u>29.525</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Margem Companhia de Mineração

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

		Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva Legal	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2023	Nota	<u>421.419</u>	<u>116.681</u>	<u>4.926</u>	<u>17.521</u>	<u>560.547</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	29.525	29.525
Constituição reserva legal		-	-	1.476	(1.476)	-
Distribuição dividendos		-	-	-	(7.343)	(7.343)
Realização do custo atribuído		-	(1.323)	-	1.323	-
Em 31 de dezembro de 2024		<u>421.419</u>	<u>115.358</u>	<u>6.404</u>	<u>39.548</u>	<u>582.729</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	58.984	58.984
Constituição reserva legal	18.4	-	-	2.949	(2.949)	-
Dividendos propostos à distribuição	18.5	-	-	-	(14.008)	(14.008)
Distribuição dividendos	18.5	-	-	-	(39.549)	(39.549)
Realização do custo atribuído	18.3	-	(1.448)	-	1.448	-
Em 31 de dezembro de 2025		<u>421.419</u>	<u>113.910</u>	<u>9.353</u>	<u>43.474</u>	<u>588.156</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Margem Companhia de Mineração

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do período		58.984	29.525
Valor residual de imobilizado baixado	12	706	4.003
Provisão para contingências	24	2.856	1.270
Depreciação e exaustão	12	76.437	65.859
Amortização de ativos intangíveis		1.210	1.325
Depreciação dos ativos de direito de uso	13	9.728	6.168
Juros incorridos	15 e 13	56.881	31.336
Outras despesas financeiras	21	3.159	21.959
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	15	(14.275)	56.232
Variação dos contratos de instrumentos financeiros derivativos	25	15.691	(41.800)
Provisão para perdas de estoques	10	(53)	1.382
Provisão de perda esperada para crédito liquidação duvidosa	9	(711)	589
Despesas de imposto de renda e contribuição social		18.821	12.665
		<u>229.434</u>	<u>190.513</u>
Varição em			
Contas a receber de clientes		13.392	36.407
Estoques		(24.764)	33.821
Impostos a recuperar		1.413	(537)
Outros ativos		3.869	(703)
Fornecedores		19.095	(32.637)
Salários e encargos sociais		6.141	3.553
Impostos a recolher		6.668	(40.005)
Outras contas a pagar		(39.308)	(11.279)
Adiantamentos de clientes		(5.739)	3.124
		<u>210.201</u>	<u>182.257</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			
Juros pagos	15	(58.125)	(30.882)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(19.552)	(2.578)
		<u>132.524</u>	<u>148.797</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	12	(26.676)	(92.287)
Aquisição de ativo intangível		(568)	(650)
		<u>(27.244)</u>	<u>(92.937)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos de dividendos	18	(46.891)	-
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos	25	(1.860)	(14.111)
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos	25	24.149	5.627
Empréstimos e financiamentos tomados	15	-	352.905
Pagamentos de arrendamento mercantil principal	13	(10.686)	(8.759)
Pagamentos de empréstimos	15	(192.565)	(157.561)
		<u>(227.853)</u>	<u>178.101</u>
Caixa líquido gerado (usado) nas atividades de financiamento			
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa			
		<u>(122.573)</u>	<u>233.961</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	287.472	53.511
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	<u>164.899</u>	<u>287.472</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa			
		<u>(122.573)</u>	<u>233.961</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Margem Companhia de Mineração

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Receitas			
Receita bruta de vendas	19	893.184	776.271
(-) Devoluções e cancelamentos	19	(6.793)	(6.225)
		886.391	770.046
Insumos adquiridos de terceiros			
Matéria-prima e materiais		(153.142)	(124.291)
Serviços profissionais de terceiros		(94.454)	(85.783)
Energia elétrica		(51.203)	(46.026)
Combustíveis e lubrificantes		(82.845)	(75.535)
Embalagens e armazenamento		(16.389)	(17.477)
Manutenção		(28.409)	(30.882)
Gastos Corporativos		(29.816)	(26.645)
Aluguéis		(3.170)	(4.853)
Seguro Patrimonial		(6.405)	(5.518)
Outras despesas e receitas operacionais		(11.539)	(6.175)
		(477.372)	(423.184)
Valor adicionado bruto		409.019	346.862
Depreciação e amortização		(87.728)	(72.027)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		321.291	274.835
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras e variações cambiais ativas	21	35.500	52.841
		35.500	52.841
Valor adicionado total a distribuir		356.791	327.676
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração e encargos	20	(64.558)	(53.283)
		(64.558)	(53.283)
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	19	(24.420)	(39.074)
Estaduais	19	(120.565)	(92.012)
Municipais	19	(1.553)	(84)
		(146.538)	(131.170)
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros e despesas financeiras	21	(86.711)	(57.466)
Variação cambial	21	-	(56.232)
		(86.711)	(113.698)
Remuneração de capitais próprios			
Remuneração de capital próprio (Lucro no período não distribuído)		(44.976)	(22.513)
Remuneração de capital próprio (Dividendos propostos)		(14.008)	(7.012)
		(58.984)	(29.525)
Valor adicionado total distribuído		(356.791)	(327.676)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1 Contexto operacional

A Margem Companhia de Mineração (“Companhia”) é uma sociedade por ações com sede na Rua Januário Plaster Trannin, nº 40, bairro Vila Carumbe, na cidade de Adrianópolis – Paraná. A Companhia tem como objeto social a fabricação de cimento e a extração de calcário, atuando predominantemente nas regiões Sul e Sudeste do Brasil.

Sua operação envolve o fornecimento desses insumos tanto para clientes externos quanto para sua controladora, Supremo Cimentos S.A. (“Controladora e ou “Supremo”).

A captação da debênture ocorrida em 09 dezembro de 2024 foi um marco estratégico para a Companhia, permitindo o alongamento do perfil de endividamento e a substituição de vencimentos de curto prazo por passivos de longo prazo, fortalecendo sua estrutura financeira. Paralelamente, a recuperação operacional, com aumento da produção, vendas e geração de resultado operacional, possibilitou uma maior geração de caixa interna.

O ativo circulante da Companhia apresenta um prazo médio de recebimento entre 30 e 45 dias, enquanto o passivo circulante reflete as obrigações financeiras de curto prazo, incluindo vencimentos de financiamentos dentro do período de 12 meses. A melhora no capital circulante líquido demonstra um equilíbrio financeiro mais favorável, garantindo maior previsibilidade e flexibilidade para a execução da estratégia da Companhia em 2025.

Ao longo do exercício, a gestão da estrutura de capital manteve-se focada na redução da pressão de vencimentos de curto prazo, no fortalecimento da posição financeira e na otimização do perfil de liquidez, de modo a garantir maior previsibilidade e estabilidade financeira no suporte às operações da Companhia.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 13 de março de 2026. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar tais demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 7. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Mudança de práticas contábeis

Uma série de novas normas contábeis entraram em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2025, as quais estão descritas abaixo:

Apresentação das Demonstrações Contábeis – Alterações ao CPC 26/IAS 1;

Ausência de conversibilidade – Alterações ao CPC 02/IAS 21;

Classificação e mensuração de instrumentos financeiros – Alterações ao IFRS 9 e IFRS7.

A Companhia avaliou as novas normas em vigor e considerou as mesmas durante a preparação das demonstrações financeiras, não havendo impactos contábeis.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamento

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos na aplicação de políticas contábeis, bem como sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 9 – mensuração da perda de crédito esperada para contas a receber de clientes;

Nota explicativa 12 – vidas úteis e valor residual do ativo imobilizado

Nota explicativa 13 – prazos de arrendamento: se a Companhia possui razoável certeza de exercer opções de prorrogação;

Nota explicativa 22 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

Nota explicativa 24 – reconhecimento e mensuração de provisões para litígios: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude da saída de recursos; e

Nota explicativa 25 – determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

a. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas contábeis aplicáveis, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos que são mensurados pelo valor justo.

7 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

7.1 Moeda Estrangeira

(i) Transação em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda estrangeira na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são

convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

7.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimento original de até três meses que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

7.3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de calcário, cimento e concreto no curso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são totalmente classificadas no ativo circulante, pois o prazo de recebimento é inferior a um ano.

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou *imparidade*).

7.4 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos

fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transferem nem mantém substancialmente todos os riscos e

benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Se a Companhia realizar transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) *Instrumentos financeiros derivativos*

Em 2024, a Companhia possuía contratos indexados em moeda estrangeira e para tanto realizou a contratação de instrumentos financeiros para proteção cambial.

(vi) *Mensuração do valor justo*

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 6(B)(i)).

Quando disponível, a Companhiao Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

(i) Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

As tabelas abaixo apresentam as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos para instrumentos financeiros mensurados ao valor justo no balanço patrimonial. Os processos de avaliação estão descritos na nota explicativa 6.

Tipo	Técnica de avaliação
Contratos de câmbio a termo	Precificação a termo: O valor justo é determinado utilizando taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e cálculos de valor presente baseados em curvas de rendimento de investimentos com alta qualidade de crédito nas respectivas moedas contratadas.

7.5 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é determinado pelo método do custo médio ponderado. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado menos custos para concluir e vender.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, embalagem, outros custos diretos e indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal). Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado.

7.6 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são demonstrados pelo custo histórico menos o valor da depreciação e de qualquer valor não recuperável acumulado. O custo histórico foi ajustado para refletir o custo atribuído dos terrenos e jazidas minerais na data de transição para adoção dos CPCs/IFRS. O custo histórico inclui os custos com financiamento relacionados com a construção de edificações, custos com obtenção de autorizações de operação junto aos órgãos ambientais e gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado e todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

Quando da comprovação efetiva da viabilidade econômica da exploração comercial de determinada jazida, os correspondentes gastos com estudos e pesquisas minerais incorridos são capitalizados como custo de formação da mina.

Os custos com a aquisição de direitos de exploração de minas são capitalizados e amortizados com base na exaustão de minas. Após o início da fase produtiva da mina, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção. A exaustão de recursos minerais é calculada com base na vida útil econômica estimada que reflete a expectativa da quantidade de minério a ser extraído.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

Os terrenos não são depreciados. A amortização da jazida e do custo com o seu decapeamento são feitas em função da quantidade anual extraída (exaurida) de minério. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para reduzir seu custo ao valor realizável através de suas vidas úteis econômicas, que é estimada, para os dois exercícios apresentados, como segue:

Edificações	40 anos
Jazidas minerais	44 anos
Outros	5-10 anos
Máquinas e equipamentos	18 a 30 anos

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não tem ativos de longo prazo que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

7.7 Intangível

Compreende custos incorridos para adquirir e preparar os *softwares* para sua utilização. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de cinco anos a partir da data de início de sua utilização.

7.8 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(iv) Ativos não financeiros, exceto estoques

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço.

(v) Ativos financeiros não-derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- ativos de contrato.

A Companhia mensura a imparidade para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

As imparidades para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

7.9 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo integralmente classificados como passivo circulante pois o pagamento é devido no período de até um ano.

Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

7.10 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação

incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que se tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço patrimonial.

7.11 Capital social

É representado por ações ordinárias e preferenciais que são classificadas no patrimônio líquido.

7.12 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

a. Venda de produtos

O reconhecimento da receita baseia-se na venda de produto, cimento e calcário.

As vendas são feitas substancialmente a prazo, com prazo médio para recebimentos de 30 dias. Essas vendas são reconhecidas, em geral, quando o controle sobre o produto é transferido para os clientes, o que acontece substancialmente quando os produtos são disponibilizados ao transportador, haja vista que as vendas são substancialmente FOB (*Free on Board*).

b. Prestação de serviços

As vendas de prestação de serviço de concretagem são feitas substancialmente a prazo, com prazo médio para recebimentos de 30 dias. Essas prestações de serviços de concretagem são reconhecidas quando na prestação de serviço ao cliente.

c. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

7.13 Provisões

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações

atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

7.14 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos.

a. *Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

b. *Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido*

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

7.15 Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se

exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

7.16 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de sobras ou perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

8 Caixa e equivalentes de caixa

2025

2024

Caixa e depósitos bancários em conta-corrente	711	665
Aplicações financeiras	164.188	286.807
	<u>164.899</u>	<u>287.472</u>

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários possuem liquidez imediata e rendimentos atrelados a variação de 96,5% a 102% em 31 de dezembro de 2025 (80% a 101,5% em 31 de dezembro de 2024) do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI), sem risco de mudança significativa de valor em caso de resgate antecipado.

9 Contas a receber

	2025	2024
Contas a receber de clientes terceiros	24.696	39.480
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 23)	10.009	7.194
Provisão para perdas esperadas por redução ao valor recuperável	(3.357)	(2.645)
	<u>31.348</u>	<u>44.029</u>

A composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	2025	2024
A vencer	28.967	42.913
Vencidos até 90 dias	2.381	1.116
Vencidos até 180 dias	227	47
Vencidos acima de 180 dias	3.130	2.599
Provisão para perdas esperadas por redução ao valor recuperável	(3.357)	(2.646)
	<u>31.348</u>	<u>44.029</u>

A provisão para perda esperada por redução ao valor recuperável (imparidade) é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas prováveis nas contas a receber de clientes. A imparidade é calculada com base na avaliação individual da situação de cada cliente e na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. A movimentação no período encontra-se apresentada a seguir:

	2025	2024
Saldo inicial	(2.645)	(2.056)
Constituições	(1.122)	(710)
Reversões	410	120
	<u>(3.357)</u>	<u>(2.646)</u>

10 Estoques

	2025	2024
Matéria-prima e outros materiais	69.502	47.874
Produtos acabados	11.525	8.797
Provisão para perdas de estoque	(4.755)	(4.808)
	<u>76.272</u>	<u>51.863</u>

A Administração avalia de forma constante os estoques da Companhia quanto a eventuais perdas por obsolescência, desvalorização, bem como quaisquer outras circunstâncias e

condições que possam ocasionar perdas nos valores contábeis registrados. Em 31 de dezembro de 2025 a Administração identificou a necessidade de constituir provisão para perdas de estoque de R\$ 4.755 (R\$ 4.808 em 31 de dezembro de 2024).

	2025	2024
Saldo inicial	(4.808)	(3.426)
Reversões/(Constituições)	53	(1.382)
	(4.755)	(4.808)

11 Impostos a recuperar

	2025	2024
ICMS (a)	14.072	13.267
Imposto de renda retido na fonte	1.737	1.207
IPI	1.421	2.029
PIS/COFINS sobre aquisição de ativo permanente (b)	32.650	34.790
	49.880	51.293
Circulante	11.884	9.943
Não circulante	37.996	41.350

- (a) A Companhia é beneficiária do Regime Especial nº 4.676/12 "Programa Paraná Competitivo", concedido pelo Governo do Estado do Paraná, que tem os seguintes benefícios: a) parcelamento do ICMS incremental; b) diferimento do pagamento do ICMS da energia elétrica e do gás natural; c) parcelamento, até o vencimento, do ICMS declarado, no caso de recuperação judicial e d) concessão de crédito presumido em razão da realização de obra de infraestrutura em território paranaense.
- (b) Refere-se a crédito de PIS/Cofins acumulado sobre aquisições de imobilizado (construção da fábrica), cuja compensação foi programada em 1/48 e teve início em abril/2015.

Os benefícios do programa se encerraram durante o ano de 2024. Agora a Companhia está recolhendo 100% do ICMS apurado e pagando os valores diferidos corrigidos.

12 Imobilizado

	Terrenos	Jazida Minerais	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos Transporte	Veículos	Outros	Imobilizado em Andamento	Total
Custo									
Em 31 de dezembro de 2023	36.070	199.944	361.650	688.079	29.781	364	13.500	62.488	1.391.876
Adições	170	-	1.533	4.083	30.707	-	397	62.071	98.961
Baixas	-	-	-	-	(5.278)	-	(3)	-	(5.281)
Transferência	-	-	15.595	70.376	1.273	-	(658)	(86.586)	-
Em 31 de dezembro de 2024	36.240	199.944	378.778	762.538	56.483	364	13.236	37.973	1.485.556
Adições	201	-	467	764	7.440	-	450	17.354	26.676
Baixas	-	-	(1.964)	(1.726)	-	-	-	(491)	(4.181)
Transferência	-	-	4.401	31.041	695	-	185	(36.322)	-
Em 31 de dezembro de 2025	36.441	199.944	381.682	792.424	64.618	364	14.064	18.514	1.508.051
Depreciação e exaustão acumulados									
Em 1º de janeiro de 2024	-	(27.883)	(75.000)	(280.554)	(9.121)	(158)	(8.395)	-	(401.111)
Depreciação e exaustão	-	(2.932)	(10.511)	(44.507)	(6.562)	(44)	(1.303)	-	(65.859)
Baixa por alienação	-	-	-	-	1.278	-	-	-	1.278
Em 31 de dezembro de 2024	-	(30.815)	(85.511)	(325.061)	(14.405)	(202)	(9.698)	-	(465.692)
Depreciação e exaustão	-	(2.231)	(10.489)	(51.194)	(10.184)	(44)	(2.295)	-	(76.437)
Baixa por alienação	-	-	781	1.434	-	-	1.260	-	3.475
Em 31 de dezembro de 2025	-	(33.046)	(95.219)	(374.821)	(24.589)	(246)	(10.733)	-	(538.654)
Valor contábil									
Em 31 de dezembro de 2024	36.240	169.129	293.267	437.477	42.078	162	3.538	37.973	1.019.864
Em 31 de dezembro de 2025	36.441	166.898	286.463	417.603	40.029	118	3.331	18.514	969.397

Principais imobilizados em andamento

Em 31 de dezembro de 2025, havia um saldo aproximado de R\$ 4.578 em projetos em andamento (saldo orçamentário), sendo 53% referentes a projetos de sustentação e 47% a projetos de desenvolvimento.

Os principais investimentos nestas categorias incluem:

- Substituição da correia do Elevador de Farinha da Torre (R\$ 567);
- Aquisição e substituição da correia do Elevador do Silo de Cimento (R\$ 534);
- Regularização fundiária (R\$ 382) (mina).

Nos projetos de desenvolvimento, destaca-se o saldo do projeto Regularização da Fazenda Ilha, com saldo de R\$ 2.358.

Ainda não há definição de *carry over* para novos projetos em 2026, uma vez que os projetos se encontram em avaliação pela Secil Portugal. Os projetos já existentes, terão continuidade até sua finalização.

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Administração realizou testes com o objetivo de identificar a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável. Após tais análises a Administração não identificou indicadores, internos ou externos, de que os valores recuperáveis desses ativos sejam inferiores aos seus valores contábeis, consequentemente, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

Revisão das vidas úteis

As taxas de depreciação do ativo imobilizado foram revisadas durante o exercício, conforme requerido pelo CPC 27 / IAS 16 - Ativo Imobilizado, sendo que a Companhia não identificou a necessidade de alterar as taxas de depreciação/vidas úteis utilizadas no exercício anterior.

13 Direito de uso e Arrendamentos

31/12/2025							
Imobilizado	Edificações	Terrenos	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de Transporte	Veículos	Equipamentos Informática	Total
Em 31 de dezembro de 2024	3.119	453	183	778	1.909	90	6.534
Adições	798	675	7.048	957	400	175	10.053
Baixas	-	-	(45)	-	-	(9)	(55)
Depreciação no período (*)	(1.050)	(628)	(6.474)	(484)	(972)	(120)	(9.728)
Saldo em 31/12/2025	2.867	500	712	1.251	1.337	135	6.803
31/12/2024							
Imobilizado	Edificações	Terrenos	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de Transporte	Veículos	Equipamentos Informática	Total
Em 31 de dezembro de 2023	1.413	329	1.929	2.365	182	41	6.260
Adições	2.974	621	73	1.540	2.597	180	7.986
Baixas	(815)	(12)	-	(571)	(140)	(6)	(1.544)
Depreciação no período (*)	(453)	(485)	(1.818)	(2.556)	(730)	(125)	(6.168)
Saldo em 31/12/2024	3.119	453	183	778	1.909	90	6.534

(*) As vidas úteis definidas para depreciação são de aproximadamente 2 anos.

O valor das adições em 31 de dezembro de 2025 totaliza R\$ 10.053 (R\$ 7.986 em 2024). O aumento registrado em máquinas e equipamentos decorre, principalmente, da renovação anual dos contratos de locação de empilhadeiras e pás carregadeiras, no montante de R\$ 4.657. As adições em edificações referem-se às renovações contratuais dos imóveis onde estão localizados os prédios dos Centros de Distribuição, no valor de R\$ 1.204. O passivo de arrendamento foi reconhecido pelo valor presente dos seus pagamentos à uma taxa de desconto e o ativo de direito de uso em montante equivalente a esse passivo.

As taxas utilizadas para o cálculo foram conforme tempo do arrendamento:

Tempo determinado de arrendamento	Percentual	
Até um ano	17,08 % a.a	
De um ano a três anos	17,66 % a.a	
De três anos a cinco anos	16,57 % a.a	
	31/12/2025	
Dívida reconhecida em 31 de dezembro de 2024	7.512	
Pagamentos parcela	(10.686)	
Adição	9.763	
Juros	<u>1.695</u>	
Saldo 31 de dezembro de 2025 Curto Prazo	5.049	
Saldo 31 de dezembro de 2025 Longo Prazo	<u>3.235</u>	
	31/12/2024	
Dívida reconhecida em 31 de dezembro de 2023	7.073	
Pagamentos parcela	(8.321)	
Adição	7.986	
Juros	<u>774</u>	
Saldo 31 de dezembro de 2024 Curto Prazo	3.533	
Saldo 31 de dezembro de 2024 Longo Prazo	<u>3.979</u>	
Vencimento das parcelas 31/12/2025	Valores em R\$	Percentual
Um ano (2026)	5.049	61%
Dois anos (2027)	1.990	24%
Três anos (2028)	1.245	15%
	<u>8.284</u>	<u>100%</u>

14 Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores nacionais	52.424	38.611
Fornecedores de ativo fixo nacionais	11.472	5.084
Fornecedores de ativo fixo mercado externo	24	1.590
Fornecedores partes relacionadas (Nota explicativa 23)	<u>807</u>	<u>348</u>
	<u>64.728</u>	<u>45.633</u>

Os saldos a pagar são denominados em reais no caso de contas a pagar no mercado nacional e em dólares para as aquisições do mercado externo.

15 Empréstimos e financiamentos

	2025	2024
Empréstimos e financiamentos	358.535	600.459
Encargos	2.858	4.464
Total	361.393	604.923

Os montantes devidos, termos e prazos para cada empréstimo estão apresentados abaixo:

			Passivo						
			Vencimento	Circulante		Não circulante		Total	
Modalidade	Moeda	Encargos anuais	Final	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Ativo Fixo	R\$	IPCA+5,74%	2030	16.907	16.957	41.275	58.139	58.183	75.096
Encargos apropriados				199	322	-	-	199	322
				17.106	17.279	41.275	58.139	58.381	75.418
Capital de Giro	USD/EUR/R\$	Libor +1,25% CDI + 2% (Debênture)	2029	50.352	225.362	250.000	300.000	300.352	525.362
Encargos apropriados				2.659	4.143	-	-	2.659	4.143
				53.012	229.505	250.000	300.000	303.012	529.505
Total				70.118	246.784	291.275	358.139	361.393	604.923

Ativo fixo

Em maio de 2024, a Companhia firmou um contrato de empréstimo através da linha de Finame para financiamento de bens moveis, no montante de R\$ 22.650, para o prazo de 6 anos com amortizações mensais. O saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 16.906 (R\$ 20.786 em 2024).

Capital de giro

No segundo semestre de 2024 a Companhia contratou Empréstimo em reais no montante de R\$ 250.000 com vencimento *bullet* para 60 meses, com pagamento de juros semestral.

A Companhia possui emissão de debêntures como parte de sua estratégia de captação de recursos para financiar suas atividades operacionais e projetos de expansão. As debêntures emitidas são títulos de dívida que conferem aos seus titulares o direito de receber remuneração sob a forma de juros, amortização do principal e eventuais prêmios, conforme os termos especificados nos contratos de emissão.

As principais características das debêntures em circulação em 2025 são as seguintes:

Quantidade emitida: 250.000

Valor nominal unitário: R\$ 1.000

Data emissão: 09/12/2024

Data vencimento: 13/12/2029

Remuneração: CDI + 2%

Forma de pagamento: vencimento *bullet* para 60 meses, com pagamento de juros semestral.

Durante o primeiro semestre de 2024 a Companhia contratou dois Empréstimos Externos sob a Lei nº4131 no montante de EUR 19.256 (R\$103.167) e outro em USD 10.000 (R\$ 49.256) ambos com vencimento *bullet* para 12 meses e pagamento de juros trimestrais, contratos liquidados no segundo semestre de 2025.

Informações sobre a exposição da Companhia à taxa de juros, moeda estrangeira e risco de liquidez estão incluídas na nota explicativa 25.

Nenhum contrato de empréstimo vigente em 31/12/2025 possui cláusulas contratuais de *covenants* vinculados a metas financeiras.

O cronograma dos vencimentos das parcelas de empréstimos e financiamentos está demonstrado a seguir:

Vencimento das parcelas	Valores em R\$ 2025	Valores em R\$ 2024
Um ano (2026)	70.118	246.784
Dois anos (2027)	16.914	63.035
Três anos (2028)	16.914	13.035
Quatro anos (2029)	257.447	13.035
Maior ou igual a cinco anos (2029 e seguintes)	-	269.034
	361.393	604.923

A seguir demonstramos a movimentação dos saldos de empréstimos em 2025:

	Saldo inicial	Adições	Variação Cambial	Juros Incorridos	Amortização	Juros pagos	Saldo Final
Ativo Fixo	75.418	-	-	6.843	(16.914)	(6.966)	(58.381)
Capital Giro	<u>529.505</u>	-	<u>(14.275)</u>	<u>50.038</u>	<u>(211.097)</u>	<u>(51.159)</u>	<u>(303.012)</u>
	<u>604.923</u>	-	<u>(14.275)</u>	<u>56.881</u>	<u>(228.011)</u>	<u>(58.125)</u>	<u>361.393</u>

A seguir demonstramos a movimentação dos saldos de empréstimos em 2024:

	Saldo inicial	Adições	Variação Cambial	Juros Incorridos	Amortização	Juros pagos	Saldo Final
Ativo Fixo	99.036	21.195	-	7.688	(43.432)	(9.673)	75.418
Capital Giro	<u>232.832</u>	<u>352.905</u>	<u>56.232</u>	<u>22.874</u>	<u>(114.129)</u>	<u>(21.209)</u>	<u>529.505</u>
	<u>331.868</u>	<u>374.100</u>	<u>56.232</u>	<u>30.562</u>	<u>(157.561)</u>	<u>(30.882)</u>	<u>604.923</u>

16 Impostos a recolher

	2025	2024
Paraná Competitivo (*)	177.630	190.214
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	5.602	5.164
Pis	165	264
Cofins	761	1.229
Imposto Sobre Serviços (Retenção ISSQN)	238	74
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	1.115	647
Outros (CFEM, CSRF, INSS, Outras obrigações tributárias)	<u>1.254</u>	<u>2.057</u>
	<u>186.765</u>	<u>199.649</u>
Passivo circulante	<u>30.378</u>	<u>29.962</u>
Passivo não circulante	<u><u>156.387</u></u>	<u><u>169.687</u></u>

- (*) O saldo refere-se a ICMS a recolher relativo ao benefício fiscal do Paraná Competitivo que posterga o recolhimento do tributo para 96 meses, cuja postergação iniciou em agosto de 2015. O valor efetivo da dívida em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 177.630 (R\$ 190.214 em 2024). O benefício é atualizado mensalmente pelo índice FCA, a atualização em 2025 é de R\$ 8.535 (R\$ 9.211 em 2024).

17 Outras contas a pagar

	2025	2024
Outras contas a pagar (i)	5.020	4.663
Outras contas a pagar - partes relacionadas (Nota explicativa 23c)	<u>11.647</u>	<u>5.682</u>
Passivo circulante	<u>16.667</u>	<u>10.345</u>
Provisão para compensação ambiental	<u>53</u>	<u>54</u>
Passivo não circulante	<u><u>53</u></u>	<u><u>54</u></u>

- (i) O saldo de outras contas a pagar no passivo circulante contém provisões de pagamentos de despesas operacionais tais como provisão de energia elétrica de R\$ 2.842 (R\$ 2.454 em 31 de dezembro de 2024), provisão de fretes sobre compras e sobre vendas de R\$ 831 (R\$ 563 em 31 de dezembro de 2024), provisão de aquisição de produtos ou serviços recebidos no mês cujas notas fiscais ainda não tinham sido recebidas de R\$ 1.353 (R\$ 1.642 em 31 de dezembro de 2024), portanto, não foram escrituradas até o encerramento do exercício.

18 Patrimônio líquido

18.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 capital social subscrito e integralizado é de R\$ 421.419 e representado por 421.419 ações ordinárias e preferenciais nominativas em ambos os anos, todas emitidas ao valor nominal de R\$ 1,00 por ação as quais são todas de propriedade da Supremo Cimentos S.A.

18.2 Lucro líquido por ação

O lucro líquido básico por ações é calculado mediante divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade pela quantidade de ações em circulação no final dos exercícios. Não há instrumentos de patrimônio que possam gerar a diluição do lucro por ação. Portanto, o lucro por ação básico é igual ao diluído.

	2025	2024
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	59.322	29.525
Média ponderada das ações em circulação no ano	<u>421.419</u>	<u>421.419</u>
Lucro básico por ações no final do exercício	<u>0,14077</u>	<u>0,07006</u>

18.3 Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia reconhece nessa rubrica a contrapartida do custo atribuído do ativo imobilizado registrado quando da adoção do CPCs/IFRS. Sua realização se dá na proporção da depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens do ativo imobilizado, que é registrada contra lucros acumulados.

18.4 Reserva de lucros

Nos termos do artigo 193 da Lei nº6.404/76 a Companhia deverá constituir reserva legal à razão de 5% do lucro líquido do exercício, após compensações com prejuízos acumulados, e o saldo da reserva não deverá exceder a 20% do capital social.

A Companhia constituiu Reserva Legal em 2025, no montante de R\$ 2.949 (R\$ 1.476 em 2024).

18.5 Distribuição de dividendos

O Estatuto Social prevê que, do lucro líquido apurado no exercício, após a compensação dos prejuízos acumulados e constituição de reserva legal, será deliberada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas de 25%. Qualquer valor excedente mínimo obrigatório somente é provisionado quando for aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia deliberou o dividendo mínimo obrigatório, conforme rege seu estatuto social, o montante de R\$ 7.343, os quais foram pagos em agosto de 2025.

Em 01 de junho de 2025 a Companhia deliberou, através de Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos o montante de R\$ 39.548, os quais foram pagos em agosto de 2025.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia constituiu provisão do dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 14.008.

19 Receitas de vendas

	2025	2024
Receita bruta de vendas	893.184	776.271
Coque	3.529	3.646
Cimento	732.701	630.508
Clinker	39.693	51.407
Serviços de Concretagem *	116.572	89.761
Receitas diversas	689	949
Impostos incidentes sobre vendas e devoluções	<u>(204.516)</u>	<u>(179.591)</u>
	<u>688.668</u>	<u>596.680</u>

* Em 2024 a controladora Supremo Cimentos S.A. realizou a transferência do segmento “serviços de concretagem” para a Companhia, o que ocasionou o aumento da receita de serviços de corretagem em comparação ao exercício anterior. A ação de transferência está alinhada à estratégia do Grupo.

20 Despesas por natureza

	2025	2024
Matéria-prima e materiais	(108.374)	(92.084)
Gastos com pessoal	(64.558)	(53.283)
Depreciação e exaustão	(76.437)	(65.236)
Amortização	(1.563)	(1.587)
Depreciação direito de uso	(9.728)	(6.150)
Serviços profissionais de terceiros	(86.783)	(76.734)
Energia elétrica	(36.854)	(32.754)
Combustíveis e lubrificantes	(81.498)	(74.217)
Embalagens e armazenamento	(16.389)	(17.477)
Manutenção	(26.539)	(29.078)
Gastos Corporativos	(29.816)	(26.428)
Aluguéis	(3.170)	(4.841)
Seguro Patrimonial	(6.405)	(5.707)
Outras despesas e receitas operacionais	(11.538)	(5.479)
	<u>(559.652)</u>	<u>(491.055)</u>

Classificadas como:

	2025	2024
Custo produtos vendidos	(437.711)	(395.701)
Despesas administrativas	(29.626)	(18.215)
Despesas comerciais	(85.571)	(74.076)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(711)	(590)
Outras despesas operacionais líquidas	(6.033)	(2.474)
	<u>(559.652)</u>	<u>(491.055)</u>

21 Receitas e despesas financeiras

	2025	2024
Despesa de juros sobre empréstimos	(56.881)	(30.562)
Despesas de juros pagos a fornecedor	(101)	(152)
Variação a mercado de instrumentos financeiros (*)	(15.691)	-
Variação cambial líquida	-	(56.232)
Variação cambial operacional	(649)	(8.935)
Juros Direito de Uso	(1.695)	(774)
Programa Paraná Competitivo	(8.535)	(9.211)
Outras despesas financeiras	(3.159)	(7.832)
Despesas financeiras	<u>(86.711)</u>	<u>(113.698)</u>
Receita de aplicação financeira	18.694	5.540
Descontos obtidos	576	70
Variação cambial líquida	14.275	-
Variação a mercado de instrumentos financeiros (*)	-	41.800
Atualização de tributos a compensar	732	55
Outras receitas financeiras	<u>1.223</u>	<u>5.376</u>

	2025	2024
Receitas financeiras	<u>35.500</u>	<u>52.841</u>
Despesas financeiras, líquidas	<u>(51.211)</u>	<u>(60.857)</u>

(*) Valor referente ao resultado apurado pelas transações de instrumentos financeiros derivativos, conforme detalhado na nota explicativa 25.

22 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2025	2024
Ativo		
Diferenças temporárias sobre apuração	11.700	-
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	<u>117.655</u>	<u>126.096</u>
	<u>129.355</u>	<u>126.096</u>
Passivo		
Custo atribuído do ativo imobilizado	(58.682)	(59.427)
Diferenças temporárias sobre apuração (diferença entre depreciação fiscal e vida útil)	<u>(102.579)</u>	<u>(99.427)</u>
	<u>(161.261)</u>	<u>(158.854)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido	<u>(31.906)</u>	<u>(32.758)</u>

Baseado na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, suportado por estudos técnicos preparados pela administração, foram constituídos créditos tributários diferidos ativos sobre saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, a recuperação desse imposto diferido iniciou-se em 2021, cuja expectativa realização integral deverá acontecer até em 2032. O saldo a recuperar em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 129.355 (R\$ 126.096 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia não possui diferidos ativos não contabilizados. Abaixo, demonstramos a expectativa de realização dos ativos diferido:

Ano	Valor
2026	28.840
2027	19.033
2028	22.062
2029	22.971
2030	28.863
2031	7.586
Total	129.355

b. Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	77.805	44.768
Alíquota nominal	34%	34%
Encargo fiscal pela alíquota nominal	<u>(26.453)</u>	<u>(15.221)</u>
Diferença Depreciação Fiscal versus Vida Útil	1.197	11.346
Ajuste Avaliação Patrimonial	746	680
Variação Cambial	1.412	54
Outras Adições/Exclusões	(3.548)	(552)
Utilização do prejuízo fiscal	8.440	1.115
Outros ajustes	<u>24</u>	<u>-</u>
	<u>6.780</u>	<u>12.643</u>
Imposto de renda e contribuição social (correntes)	<u>(19.673)</u>	<u>(2.578)</u>
Diferido Inicial	(32.758)	(20.093)
Diferença Depreciação Fiscal versus Vida Útil	(1.197)	(11.346)
Ajuste Avaliação Patrimonial	746	(680)
Variação Cambial	(1.412)	(54)
Adições/Exclusões temporárias, diferença taxa depreciação fiscal, variação cambial	11.155	552
Despesas, doações e multas indedutíveis	-	(22)
Utilização do prejuízo fiscal	(8.440)	(1.115)
Imposto de renda e contribuição social (diferidos)	852	(12.665)
Diferido Final	<u>(31.906)</u>	<u>(32.758)</u>

23 Transações com partes relacionadas

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

a. Venda de produtos

	2025	2024
Vendas de produtos (receitas líquidas)		
Supremo Cimentos S.A.	<u>37.271</u>	<u>44.799</u>

As vendas são realizadas com base na tabela de vendas vigente na data da transação com prazo médio de recebimento de 28 dias. Estas transações são realizadas sob termos e condições negociados entre as partes, o que poderiam ser diferentes se realizados junto a terceiros.

b. Compra de produtos

	2025	2024
Compras de produtos (líquidos impostos)		
Grupo SECIL	40.132	80.230
Supremo Cimentos S.A.	6.120	7.249
	<u>46.251</u>	<u>87.479</u>

c. Saldos do fim do exercício

	2025	2024
Contas a receber (i)		
Supremo Cimentos S.A.	10.009	7.194
	<u>10.009</u>	<u>7.194</u>
Contas a pagar (i)		
Supremo Cimentos S.A.	807	97
Grupo SECIL	-	251
	<u>807</u>	<u>348</u>
Outras contas a pagar		
Dividendos a pagar Supremo Cimentos S.A.	14.089	7.343
Supremo Cimentos S.A. (ii)	11.647	5.682
	<u>25.736</u>	<u>13.025</u>

- (i) A Companhia realiza compras e vendas de matérias primas e produtos acabados das partes relacionadas. A Companhia teve custos com remuneração aos administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$ 4.043 (Em 2024 no montante de R\$ 2.572).
- (ii) A Companhia recebe a transferência dos gastos corporativos da sua controladora, assim como demais gastos inerentes de operações entre as partes, incluindo dividendos.

24 Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais questões tributárias, aspectos cíveis, fiscais, trabalhistas e outros assuntos decorrentes do curso normal de seus negócios.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisões nos montantes apresentados abaixo, que são consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis com ações em curso. O resumo das provisões para contingências está apresentado a seguir:

	2025	2024
Cíveis	9.229	7.666
Tributária	1.082	5.353
Trabalhista	2.405	3.353
	<u>12.716</u>	<u>16.372</u>
Total	<u>12.716</u>	<u>16.372</u>

A Administração estima que o desembolso financeiro associado a essas provisões ocorrerá, majoritariamente, no longo prazo, sendo esperado que a liquidação ocorra em até cinco ano(s). Essa estimativa considera o estágio processual das ações e a experiência histórica da Companhia em casos similares.

Movimentação das provisões:

	Cíveis	Tributária	Trabalhista	Total
Saldo em 01/01/2025	7.666	5.353	3.353	16.372
Constituição Provisão	1.815	-	1.041	2.856
Reversão Provisão*	(252)	(4.271)	(1.989)	(6.512)
Saldo em 31/12/2025	9.229	1.082	2.405	12.716

	Cíveis	Tributária	Trabalhista	Total
Saldo em 01/01/2024	7.595	5.353	2.154	15.102
Constituição Provisão	169	-	2.074	2.243
Reversão Provisão	(98)	-	(875)	(973)
Saldo em 31/12/2024	7.666	5.353	3.353	16.372

* A reversão da provisão para contingência tributária refere-se ao processo envolvendo o ICMS DIFAL, no qual houve o indeferimento da causa. Durante a vigência do processo, a Companhia efetuou mensalmente depósitos judiciais correspondentes ao valor do ICMS discutido. Com o encerramento da ação, foi realizado o encontro de contas entre os valores depositados e o montante devido, não havendo, portanto, impacto no resultado do período.

Além das causas acima mencionadas, a Companhia também é ré em outras ações cuja probabilidade de perda é considerada como possível, segundo a opinião de nossos assessores jurídicos:

Nenhuma provisão para perdas destas causas foi reconhecida nessas demonstrações financeiras.

25 Instrumentos financeiros

25.1 Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	Nota	2025				Total	2024
		Valor justo	instrumentos de hedge	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros		Saldo contábil/valor justo
<i>Ativos financeiros</i>							
Contratos de câmbio a termo utilizados para hedge	25	-	-	-	-	37.982	
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	164.899	-	164.899	287.472	
Contas a receber de clientes	9	-	31.348	-	31.348	44.029	
Outras contas a receber		-	7.101	-	7.101	15.445	
		-	203.348	-	203.348	384.928	
<i>Passivos financeiros</i>							
Fornecedores	14	-	-	64.728	64.728	45.633	
Arrendamento mercantil	13	-	-	8.284	8.284	7.512	
Outras contas a pagar	17	-	-	30.809	30.809	10.398	
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	361.393	361.393	604.923	
		-	-	465.214	465.214	668.466	

25.2 Gerenciamento de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e se reporta regularmente ao Conselho de Administração. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos, para definir limites e controles e para monitorar riscos e aderência aos limites. Essas políticas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia que, através de suas normas e procedimentos de gerenciamento, desenvolve um ambiente de controle disciplinado e construtivo.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de crédito

Risco de liquidez

Risco de mercado

Essa nota apresenta informações sobre os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, o gerenciamento de capital e a exposição a cada um dos riscos supramencionados. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras da Companhia.

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e de aplicações financeiras.

(i) Aplicações financeiras

A Companhia limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em aplicações de renda fixa. A administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Companhia tenha investido apenas em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) emitidos por instituições financeiras de primeira linha. Não se espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

(ii) Contas a receber de clientes e outros créditos

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos. A administração da Companhia gerencia o risco de crédito através de análises da razoabilidade dos limites de créditos atribuídos aos seus clientes, o que leva em conta a análise da situação econômico e financeira dos mesmos e o histórico de inadimplência.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades de cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, os quais são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre possua liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais ou em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos, sem causar perdas inaceitáveis ou riscos de prejuízo à reputação da Companhia.

A administração da Companhia gerencia o risco de liquidez através de monitoramento do fluxo de caixa das atividades operacionais, de investimentos e de financiamento, buscando quando necessário, alternativas para obtenção de recursos financeiros junto aos acionistas ou através de recursos de terceiros. A fim de equacionar a situação de capital circulante líquido negativo, a administração vem negociando o alongamento do perfil da dívida junto a instituições financeiras.

A seguir, estão as exposições contratuais de passivos financeiros.

	Até um ano	Entre um e dois anos	De dois anos em diante	Total
Em 31 de dezembro de 2025				
Fornecedores	64.728	-	-	64.728
Empréstimos e financiamentos	70.118	16.914	274.361	361.393
Passivos de arrendamento	5.049	1.990	1.245	8.284
Outras contas a pagar	16.667	7.294	-	23.961
	<u>161.562</u>	<u>26.208</u>	<u>275.606</u>	<u>463.376</u>
Em 31 de dezembro de 2024				
Fornecedores	45.633	-	-	45.633
Empréstimos e financiamentos	246.784	76.070	282.069	604.923
Passivos de arrendamento	3.533	3.979	-	7.512
Outras contas a pagar	10.345	54	-	10.399
	<u>306.295</u>	<u>80.103</u>	<u>282.069</u>	<u>668.467</u>

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, influenciem nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é acompanhar e controlar as exposições desses riscos, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

(i) Risco cambial

A Companhia está sujeita ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais compras e empréstimos são denominados, e a respectiva moeda funcional.

Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Companhia atua para que sua exposição líquida seja mantida em um nível aceitável de acordo com as políticas e limites definidos pela administração.

(ii) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos

A Companhia esteve exposta principalmente à variação cambial do Dólar norte-americano e Euro. A tabela a seguir detalha a sensibilidade da Companhia ao aumento e à redução ou aumento de 25% ou 50% no Real em relação a essa moeda estrangeira para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Não houve exposição para o exercício de 2025.

	Notional Ativo / Passivo		Posição em 31/12/24	Referência (*)	Provável	Cenários				
	BRL	ME				25%	50%	-25%	-50%	
Empréstimos a taxas de juros pós-fixadas										
Swap de taxa de juros										
Empréstimos em moeda estrangeira										
US\$ para R\$	(129.555)	26.000	(156.190)	USD 6,0000	(179.629)	(224.536)	(269.443)	(134.721)	(89.814)	
EUR para R\$	(53.700)	10.000	(65.047)	EUR 6,2364	(63.027)	(78.784)	(94.540)	(47.270)	(30.319)	
Moeda para R\$	183.255	N/A	183.255	CDI 14,65%	179.095	223.869	268.643	134.321	89.548	
Exposição líquida			37.982		(63.560)	(79.451)	(95.341)	(47.670)	(30.586)	

(*) O cenário provável reflete a expectativa de cotação do dólar americano e a taxa de juros CDI do Banco Central do Brasil (baseado na taxa SELIC) na data-base de 31/12/2025 e 31/12/2024. Os demais riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.

A Administração entende que a análise de sensibilidade não é representativa do risco de câmbio inerente a essas operações, uma vez que a exposição no fim do exercício não reflete a exposição durante o exercício.

(iii) Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta à taxas de juros variáveis. A administração monitora periodicamente o desempenho das taxas de juros a fim de tomar decisões visando proteger o seu fluxo de caixa. A Companhia não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos visando proteger-se contra oscilações nas taxas de juros.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros da Companhia, remunerados por juros com taxas variáveis, era composto por:

	2025	2024
Valor Contábil		
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras (CDI)	164.899	287.472
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos curto prazo (CDI)	70.118	246.784
Empréstimos e financiamentos longo prazo (CDI)	291.275	358.139
	196.494	317.451

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários possuem liquidez atrelados à variação de 80% a 102% do CDI (Certificado de Depósitos Interbancários).

(iv) Análise de sensibilidade

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas por oscilações nas taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade do endividamento em moeda nacional da Companhia, atreladas ao CDI e IPCA.

Análise de sensibilidade de taxa de juros

A seguir, apresentamos a análise de sensibilidade aos riscos relacionados às taxas de juros. A Companhia considerou dois cenários distintos para avaliar o impacto das variações dessas taxas: o Cenário 1 prevê um horizonte de elevação das taxas de juros, e o Cenário 2 projeta um horizonte de redução. Para realização do cálculo, foram consideradas como referências as taxas de fechamento em 31 de dezembro de 2025, com base em um modelo de dispersão, que considera não apenas as variações históricas das taxas de juros, mas também projeções detalhadas da administração.

Essa abordagem permite uma avaliação abrangente e precisa dos potenciais impactos econômicos decorrentes de oscilações nas taxas de juros.

Juros	Taxas de juros	Cenário I	Cenário II		
CDI	14,32%	17,90%	10,74%		
IPCA	4,26%	5,33%	3,20%		
Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário I	Cenário II	
Financiamentos e empréstimos	CDI	525.362	602.327	576.059	
Financiamentos e empréstimos	IPCA	75.418	79.641	78.638	

25.3 Gestão de capital

A política da administração é manter uma sólida base de capital para assegurar a confiança do acionista, credores, mercado e garantir a continuidade do desenvolvimento futuro do negócio. Adota-se como prática, uma posição de capital equilibrada e segura, mantendo níveis de empréstimos necessários com posições de aplicação que combinem retorno satisfatório e baixo

risco. A administração monitora a gestão de capital através de análises de índices de alavancagem financeira, e quando necessário, realiza negociações com instituições financeiras para promover o alongamento do perfil da dívida e junto aos acionistas para obter incrementos de capital social.

Na gestão de capital passamos a apresentar os saldos de empréstimos (Nota 15) e total dos arrendamentos mercantis (Nota 13), sem o acréscimo de juros:

	2025	2024
Total dos empréstimos (Nota 15)	361.393	600.459
Total dos arrendamentos mercantis (Nota 13)	8.284	7.512
Total instrumentos derivativos (Nota 25)	-	(37.982)
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)	<u>(164.899)</u>	<u>(287.472)</u>
Dívida líquida	<u>204.778</u>	<u>282.517</u>
Total do patrimônio líquido	<u>588.414</u>	<u>582.729</u>
Total do capital	<u>793.192</u>	<u>865.246</u>
Índice de alavancagem financeira - %	26	33

26 Segmentos operacionais

A Companhia possui duas divisões estratégicas, que são seus segmentos reportáveis. Estas divisões oferecem diferentes produtos e serviços e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias e estratégias de marketing.

O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis da Companhia:

Segmentos Reportáveis		Operações					
		Cimento			Concreto		
		Fabricação e comercialização de cimento			Prestação de serviços de concreto usinado		
		Cimento		Concreto		Total	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de vendas	19	578.773	511.988	109.895	84.692	688.668	596.680
Custo das vendas	20	<u>(350.049)</u>	<u>(327.612)</u>	<u>(87.662)</u>	<u>(68.089)</u>	<u>(437.711)</u>	<u>(395.701)</u>
Lucro bruto		<u>228.724</u>	<u>184.376</u>	<u>22.233</u>	<u>16.603</u>	<u>250.957</u>	<u>200.979</u>
Despesas administrativas	20	(22.225)	(17.964)	(2.526)	(3.227)	(24.751)	(21.191)
Despesas comerciais	20	(84.000)	(72.310)	(1.571)	(1.176)	(85.571)	(73.486)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(696)	(499)	(15)	(91)	(711)	(590)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	20	<u>1.686</u>	<u>(485)</u>	<u>(480)</u>	<u>398</u>	<u>1.206</u>	<u>(87)</u>

Lucro operacional		123.489	93.118	17.641	12.507	141.130	105.625
Despesas financeiras	21	(93.414)	(113.620)	(1.222)	(78)	(94.636)	(113.698)
Receitas financeiras	21	43.215	52.180	210	661	43.425	52.841
Despesas financeiras, líquidas	21	(50.199)	(61.440)	(1.012)	583	(51.211)	(60.857)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		73.290	31.678	16.629	13.091	89.919	44.768
Imposto de renda e contribuição social (corrente)	22.b	(13.378)	(1.824)	(6.295)	(754)	(19.673)	(2.578)
Imposto de renda e contribuição social	22.b	(7.210)	(8.962)	(3.714)	(3.703)	(10.924)	(12.665)
Lucro do período		52.702	20.892	6.620	8.634	59.322	29.525

27 Transações que não afetaram a caixa

Durante o período de 2025 e 2024, a Companhia realizou as seguintes transações que não afetaram o caixa, mas que tiveram impacto relevante para a compreensão da posição financeira e do desempenho da Companhia:

Arrendamentos mercantis:

A Companhia firmou novos contratos de arrendamento, gerando uma adição de ativo de direito de uso e passivo de arrendamento no valor de R\$ 9.763 em 2025 (7.986 em 2024), esta transação não gerou impacto na caixa no período, mas será refletida nas futuras saídas de caixa conforme os pagamentos efetuados.

28 Cobertura de seguros (não auditado)

As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante Contratado	
		2025	2024
Edificações	Incêndio/raio/explosão/danos elétricos/vendaval/fumaça/desmoroamento	1.419.260	1.387.342
Equipamentos de transporte e veículos pequeno porte	Incêndio/roubo/colisões	27.137	31.958
		1.446.397	1.419.300